

PATRÍCIA I. VIEIRA
Georgetown University

O IMPÉRIO COMO FETICHE NO ESTADO NOVO: *FEITIÇO DO IMPÉRIO E O SORTILÉGIO COLONIAL*

1. Portugal e o Império

O Estado Novo português difundiu uma concepção de nacionalidade segundo a qual a metrópole se encontrava intrinsecamente ligada aos seus territórios ultramarinos. Salazar sublinha em inúmeras intervenções públicas que “[...] Portugal constitui, com as suas colónias, um todo [...]” (“O Momento Político” 82) e enfatiza que o país jamais cederá a sua soberania sobre as regiões d’além-mar: “Alheios a todos os conluios, não vendemos, não cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias [...]. Não no-lo permitem as nossas leis constitucionais; e, na ausência desses textos, não no-lo permitiria a consciência nacional” (“Suposto Arrendamento” 264).¹ De acordo com Salazar, o impulso colonial não se esgota nos imperativos legais que unem Portugal ao império. Ao inverso, o domínio sobre as colónias emana da “consciência nacional,” ou seja, da essência da pátria como entidade orgânica, e as disposições legais que regem a administração ultramarina, nomeadamente a legislação contida no Acto Colonial de 1930, reflectem apenas o “temperamento colonizador dos portugueses” (Salazar, “A Nação na Política Colonial” 231).² Como se afirma em 1942 no texto *A Obra Colonial do Estado Novo*, uma publicação conjunta do Secretariado de Propaganda Nacional e da Agência-Geral das Colónias: “Ele [o Acto Colonial] baseia-se [...] na própria força orgânica que levou a Nação a expandir-se e a criar o Império, a realizar a obra civilizadora e nacionalizadora que dos territórios coloniais fará países dentro da grande unidade de um Império e de uma Nação” (32).³ Mais do que uma questão económica, política ou administrativa, o colonialismo português prende-se com a ontologia de Portugal.⁴ A nação portuguesa é, por definição, uma nação colonizadora.

As colónias surgem no discurso público salazarista como herança de um passado honroso, posto em perigo pela Primeira República e consolidado depois pelo Estado Novo. Como afirma António de Almeida na obra *Política Colonial Portuguesa no Passado e no Presente*, publicada em 1942 pela Agência-Geral das Colónias: “É talvez na obra colonial que com mais segurança podemos ver o Estado Novo como herdeiro do passado, no que tem de melhor, como reparador também dos seus erros, e único realizador finalmente das suas aspirações que antes só eram motivo de desordem” (17).⁵ O Acto Colonial, formulado por Salazar, constitui um

esforço no sentido de ordenar e unificar a legislação colonial e de estreitar as relações de dependência entre as colónias e a metrópole. As colónias tornam-se assim uma medida do sucesso das políticas estadonovistas, sendo que o destino do país se define como dependente do êxito do projecto colonial. Neste ensaio, procurarei analisar a construção ideológica das relações entre a metrópole e os territórios ultramarinos na retórica e na prática política do Estado Novo e a forma como o regime se apropria da sua herança colonial na sua definição do porvir da nação. Qual é o estatuto do império na ontologia nacional estadonovista? Como se processa a instrumentalização do além-mar português, que é utilizado para justificar a necessidade do salazarismo? Que carências ou imperfeições da metrópole são colmatadas pela ênfase nas colónias? Numa segunda parte do ensaio relacionarei estas questões com o esforço propagandístico do regime, nomeadamente com a propaganda cinematográfica criada em defesa do projecto colonial, da qual um dos exemplos mais acabados é o filme *Feitiço do Império* de António Lopes Ribeiro, produzido pela Agência-Geral das Colónias e estreado em 1940, no ano da comemoração do Duplo Centenário.⁶

2. Magia Colonial

O império é inequivocamente considerado pelo Estado Novo como um legado a preservar, mas a sua posição em relação ao Portugal metropolitano é ambígua. Por um lado, circula na ideologia do salazarismo a ideia de que a metrópole constitui o núcleo de uma constelação na qual os territórios do ultramar ocupam uma posição claramente subalterna. Num discurso pronunciado por ocasião da I Conferência Económica do Império Colonial Português, em 1936, Salazar afirma que a principal função das possessões d'além-mar é equilibrar a economia portuguesa: “Pois bem, em tais circunstâncias [i.e., em vista dos problemas económicos da metrópole] é lógica esta solução — que as Colónias vendam à Metrópole as matérias-primas e com o preço destas lhe adquiram os produtos manufacturados” (“O Império Colonial na Economia” 159).⁷ A esta dependência económica do império acresce a dependência política. A administração dos domínios coloniais depende do Ministério das Colónias, que está subordinado ao governo português. A própria existência do Acto Colonial, em vigor em simultâneo com a Constituição de 1933, sugere que o império é um caso especial, que exige uma legislação diferente da que se aplica ao Portugal metropolitano. No campo social, o chefe do governo refere-se ainda às “raças inferiores” que habitam as regiões do império, cuja civilização e evangelização cabe aos portugueses (“A Nação na Política Colonial” 237). Quando Salazar menciona “a nação” a expressão restringe-se a Portugal continental, o que põe em causa a pretensa “unidade” do todo que o país constituiria.

Paralela a esta posição de dependência das colónias ultramarinas, o regime desenvolve, por outro lado, uma retórica da igualdade, segundo a qual não existiriam distinções entre a metrópole e as colónias: “Nem sempre a nossa política se fez de Lisboa ou da parte continental, mas de outros pontos, tal a ideia de que as colónias não o foram à maneira corrente mas partes integrantes do mesmo todo nacional” (Salazar “O Momento Político” 80).⁸ Este discurso igualitário intensifica-se a partir de

finais dos anos quarenta, momento em que se começam a fazer sentir pressões internacionais no sentido de Portugal conferir independência aos seus territórios ultramarinos. Assim, numa entrevista à jornalista francesa Christine Garnier, publicada em livro em 1952, Salazar afirma: “[...] le Portugais de Timor ou de Macao jouit des mêmes droits que le Portugais de l'Algarve ou de l'Extremadure” (157). À igualdade entre as várias partes do complexo formado por Portugal — entendido como nação pluricontinental, que se estende da Europa à Ásia, passando pela África — corresponde uma paridade entre todos os portugueses que independe do território onde habitam. Salazar vai ainda mais além negando a presença de racismo não só entre cidadãos portugueses mas também em relação a quaisquer habitantes das colónias: “[...] os princípios de igualdade racial, de independência, de elevação moral e material dos povos, se alguém os pregou e executa na medida das máximas possibilidades, somos nós” (“Nação Portuguesa Irmandade” 283). O chefe do governo assinala que não se pratica discriminação, racial ou outra, dentro das fronteiras do império.

A retórica estadonovista sobre o império colonial português, que oscila entre um discurso de dominação e a noção de igualdade, revela assim uma duplicidade que evoca a “lógica do suplemento” identificada por Jacques Derrida como parte constituinte da relação entre oposições binárias que envolvem relações de poder tais como centro/periferia, necessário/acessório, dentro/fora, etc. Em *Of Grammatology* Derrida comenta textos de Jean-Jacques Rousseau nos quais o filósofo setecentista qualifica a escrita como um suplemento da linguagem falada, uma adição técnica à qual falta a presença do enunciador do discurso. Para Rousseau, a escrita constitui uma espécie de doença que contamina a fala e destrói a sua transparência, na medida em que anula a presença do locutor. Derrida desconstrói esta divisão entre linguagem falada e escrita ao fazer notar, através de uma análise das próprias afirmações de Rousseau, que na fala, tal como na escrita, não existe uma “presença” absoluta responsável por todos os enunciados. Com efeito, qualquer acto de linguagem se encontra marcado por ausências, pelo recurso à técnica — definida *lato sensu* como a própria linguagem enquanto meio de comunicação — e pela possibilidade de mal-entendidos. Derrida elabora o conceito de arche-escrita, segundo o qual não existe uma fala originária da qual a escrita depende mas sim um processo infinito de actos de linguagem, alguns orais e outros escritos, ambos mediados pela técnica.⁹ A escrita, considerada por Rousseau como suplementar, revela-se afinal central na definição da fala. Derrida conclui que o suplemento, usualmente encarado como acessório, forma o núcleo daquilo que suplementa e encobre uma falta originária, ou seja, a inexistência de uma origem que funcione simultaneamente como fonte e garante de um qualquer sistema.

No discurso do Estado Novo, o império colonial apresenta características que permitem caracterizá-lo como um suplemento, na medida em que se encontra numa dependência hierárquica da metrópole, da qual emanam tanto directrizes políticas e económicas como orientações sociais, cabendo a Portugal civilizar e evangelizar os seus territórios ultramarinos. A metrópole — tal como a fala para Rousseau — constitui uma matriz originária que alimenta os domínios de além-mar, metaforicamente definidos, nas palavras de Salazar, “[...] como árvore que,

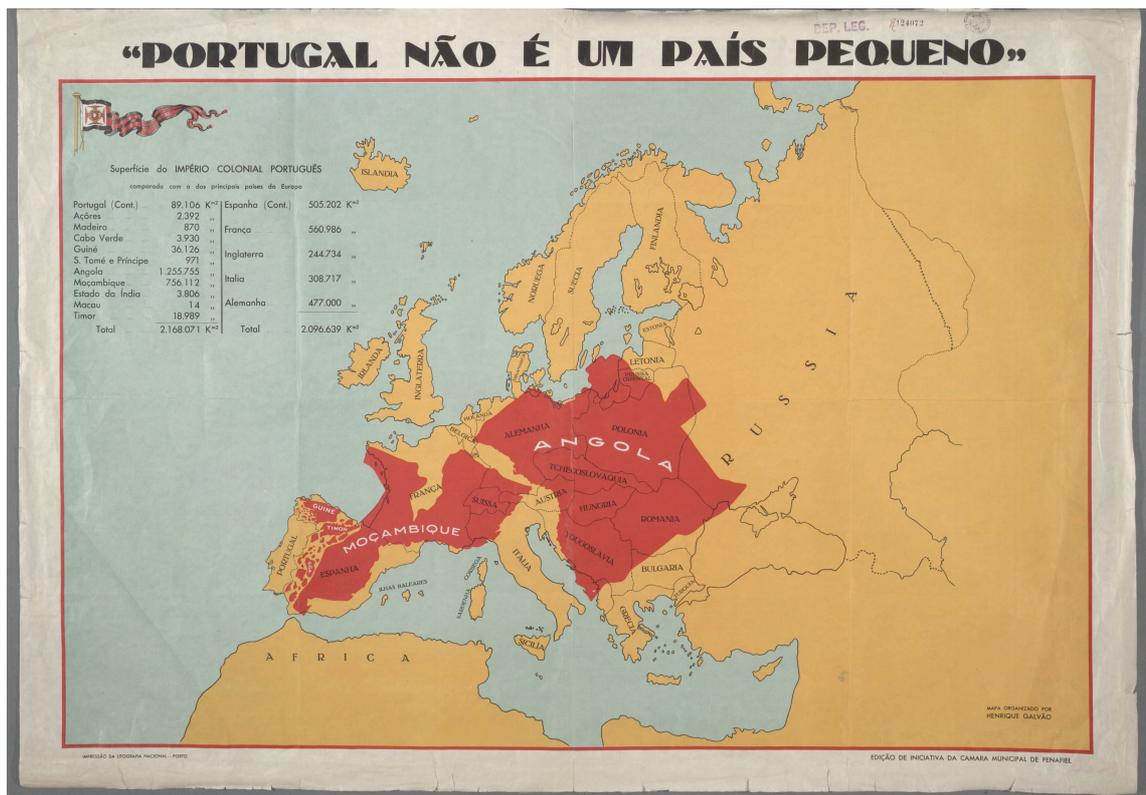
alimentando-se da seiva lusitana, espalhasse longos ramos a sóis diferentes e à sua sombra abrigasse as populações mais diversas, todas igualmente portuguesas [...]” (“O Meu Depoimento” 356). A metáfora elaborada por Salazar não deixa dúvidas quanto ao carácter derivativo e suplementar das colónias, alimentadas pela seiva vital portuguesa. Contudo, salienta-se aqui mais uma vez a igualdade de todas as populações sob o domínio português. Se as colónias se inserem de facto numa lógica suplementar dentro do Estado Novo, o regime procura encobrir esta característica do império: não só admite abertamente a relevância dos territórios d’além-mar para a auto-definição da nação mas sublinha ainda que estes se encontram numa situação de paridade face à metrópole. A dissimulação da subalternidade colonial, que constituiu uma pedra de toque do discurso estadonovista, não pode ser interpretada como uma mera resposta a determinantes políticas nacionais e internacionais. O salazarismo apresenta o império como complemento da metrópole num esforço para mascarar a “lógica do suplemento” e a falta naquilo que é suplementado que esta última sempre revela. Que falta ontológica de Portugal continental é suprida pelas colónias? Qual o centro obscuro do estadonovismo que estas ocultam?

Vimos já que o império colonial é apontado por Salazar como uma forma de equilibrar a economia do país. No entanto, a deficiência nacional suplementada pelos territórios ultramarinos não se esgota no domínio económico, como se torna claro através de uma análise dos discursos dos dirigentes do regime. Amindo Monteiro, Ministro das Colónias, pronunciou-se da seguinte forma em 1933, no fechamento da I Conferência dos Governadores Coloniais:

A um povo que, apesar de tudo, ainda se julga pequeno, mostrarão a imensidade e a variedade dos territórios que lhe pertencem e das raças que lhe andam ligadas. Provar-lhe-ão que ele forma não um país ibérico, comprimido numa nesga de terra europeia, mas uma nação que se dilata pelo Mundo tão largamente que os seus interesses abarcam ainda quasi todos os mares e continentes. Indicar-lhe-ão que as suas responsabilidades se dividem, nesta hora de ruidosas ambições, por uma área imensa, que o coloca na categoria de um dos mais vastos países do globo. (“Trabalhos da Conferência” 40)¹⁰

Monteiro sublinha neste exerto que, junto com as colónias, Portugal constitui um país de dimensões consideráveis. O pequeno território metropolitano ampliou-se e abrange todos os mares e continentes, formando deste modo uma pátria de largas dimensões. É de notar a escolha hiperbólica de vocabulário — “imensidade,” “abarcam,” “área imensa,” “um dos mais vastos países” — e, em particular, o uso da palavra “dilatar,” que evoca uma imagem do império como um membro da nação em expansão permanente. Esta ênfase no tamanho perpassa todo o edifício ideológico do regime e é reiterada vezes sem conta pelos seus líderes. Assim, Salazar refere-se à metrópole como “Este doce país que é Portugal - pequeno na Europa, *grande e dilatado* nos outros continentes [...]” (ênfase acrescentada; “O Meu Depoimento” 356), acentuando mais uma vez a “dilatação” de Portugal, e o presidente Óscar Carmona frisa que a “missão colonizadora [...] graduou Portugal em primeiro lugar entre os povos que têm civilizado o mundo” (Carmona, “Mensagem do Chefe de Estado” 34).

A mais elaborada expressão gráfica deste destaque conferido pelo regime ao tamanho do país encontra-se talvez no famoso mapa significativamente intitulado “Portugal não é um País Pequeno,” numa repetição da mantra estadonivista. A carta geográfica apresenta as fronteiras políticas dos vários países europeus, sobrepondo a estes, em côr vermelha, os mapas das colónias portuguesas, de forma a mostrar a dimensão destas, comparada com o tamanho de várias nações da Europa. O mapa inclui ainda, no canto superior esquerdo, uma relação da extensão do território do Portugal imperial, que supera a soma da superfície de alguns dos maiores países europeus, nomeadamente, de Espanha, França, Inglaterra, Itália e Alemanha.



Mapa “Portugal não é um País Pequeno”

As colónias conferem a Portugal continental uma dimensão que lhe permite competir, em termos de área territorial, com outros estados europeus. O país adquire deste modo uma posição geo-estratégica central na medida em que, como afirmou Amindo Monteiro, abarca “quasi todos os mares e continentes.” Através do império realiza-se assim um passe de mágica no decorrer do qual uma nação pequena e periférica se transmuta, como que alquimicamente, numa vasta potência europeia.

As colónias são um suplemento que se revela central para a concepção salazarista da nobreza do país. O patriotismo exaltado pelo regime e os valores do nacionalismo, aos quais se encontram subordinadas as liberdades individuais, só são justificáveis em relação a uma pátria grandiosa. A posição dos líderes do estadonovismo, incluindo o próprio Salazar, é aceitável na medida em que estes se apresentam como salvadores da nação, cuja dignidade havia sido posta em causa pela democracia republicana.

O império é o suplemento que encobre, tal qual lenço de feiticeiro, o sentimento de inferioridade português, uma percepção do país com raízes profundas na psique nacional e cuja genealogia remonta, pelo menos, aos estrangeirados setecentistas, culminando no campo das ideias no opúsculo anterior “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares” e, no domínio político, no Ultimato inglês de finais do oitocentos.¹¹ Nesta linha de interpretação disfórica da situação nacional, Portugal é visto como um país em decadência, sendo que Antero de Quental identifica o “espírito de conquista” que levou à colonização dos territórios ultramarinos como uma das três principais causas do declínio. Longe de ser uma fonte de onde brota a força vital que alimenta o império, o Portugal metropolitano surge essencialmente como falta, como um buraco negro que absorve de forma improdutivo todos os esforços de regeneração. Este é o abismo que o Estado Novo procura ultrapassar. O regime desenvolve uma retórica do progresso na qual instrumentaliza as colónias como forma de suprir as deficiências do país, mascarando simultaneamente este papel do além-mar com um discurso de igualdade, de forma a ocultar a lógica do suplemento que o império patenteia. De acordo com o salazarismo, Portugal não é um país pequeno — quer em termos geográficos, quer em importância económico-política — já que do seu reduzido território europeu surgem, como de uma cartola mágica, vastos domínios em África e na Ásia. Contudo, o que se verifica é de facto o oposto: é o império, suplemento da metrópole, que segura na mão a cartola e dela retira um Portugal dependente, ontologicamente incompleto, e que procura a todo o custo esconder as suas carências.

3. O Império como Fetiche

Transparece com frequência nas intervenções políticas dos líderes do Estado Novo o medo de perder as colónias, receio cujos antecedentes mais próximos se encontram no episódio do já referido Ultimato inglês. Amindo Monteiro critica por exemplo o princípio de autonomia do ultramar, que levaria a que estes territórios se afastassem progressivamente da metrópole (“Directrizes” 11-3) e António de Almeida menciona os perigos pelas quais passou o império durante o século dezanove e as primeiras décadas do século vinte (*Política Colonial*). O próprio Salazar alude repetidas vezes ao receio português de perder as regiões de além-mar, no intuito de dissipar quaisquer dúvidas acerca do domínio de Portugal sobre os seus territórios ultramarinos:

É preciso acabar com o eterno receio próprio de povos decadentes, incompatível, porém, com o nosso renascimento e com a nossa vontade de trabalhar. Não podem incomodar-nos os lugares-comuns de críticos suspeitos sobre a nossa falta de homens e de capitais para colonizar. [...] A nossa soberania é a nossa vida, e da nossa vida, só nós podemos dispor. As críticas geralmente feitas à nossa administração ultramarina afiguram-se-me tendenciosas, de má fé. [...] Aliás, os nossos domínios ultramarinos não foram conquistados a qualquer outra nação. Fomos nós que os descobrimos, foram sempre nossos. [...] Qual o país que pode orgulhar-se de possuir maior experiência colonial do que o nosso? (Ferro, *Entrevistas* 181-2)

A ênfase na indiscutível soberania portuguesa sobre as províncias ultramarinas é mais uma prova do receio de perder o império latente no Estado Novo. De acordo com Salazar, este é um medo infundado que caracteriza apenas povos em declínio, enquanto que o regime procura eliminar a auto-concepção decadentista da nação. O chefe de governo salienta que a soberania portuguesa sobre as colónias é incontestável e que estas foram, desde sempre, possessão dos portugueses, que as descobriram e, de certa forma, criaram à sua imagem.

Em jogo encontra-se aqui o próprio país, cuja aspiração de se tornar uma nação poderosa em termos económicos e políticos depende, como vimos, das colónias. Perder o império ultramarino seria perder o próprio país, ou seja, renunciar a uma determinada concepção de nação difundida pelo Estado Novo. Os territórios de além-mar suplementam a metrópole e servem de substituto para a ideia de um Portugal que não existe na realidade. Utilizando uma terminologia freudiana, o império colonial apresenta-se como um fetiche, que simultaneamente oculta e revela a impotência do regime para engendrar uma pátria que corresponda à imagem magnificente dela formada nos discursos dos seus dirigentes. A angústia que se prende com a perda das possessões de além-mar explica-se assim pelo receio fetichista de arruinar uma determinada visão do país e, conseqüentemente, do projecto nacional definido pelo Estado Novo.

Freud desenvolveu a noção de fetiche como forma de explicar um fenómeno psicológico que se caracteriza pela repressão e concomitante negação de um acontecimento traumático, nomeadamente a percepção por parte da criança de sexo masculino de que a sua mãe não possui um pénis (“Fetishism” 161-2). Esta realidade desencadeia no menino o terror de que o seu próprio pénis possa vir a ser castrado, o que leva a que este desenvolva um fetiche como forma de substituir o pénis materno perdido. Contudo, a ausência do pénis da mãe não é completamente reprimida. Freud salienta que a negação da “castração” feminina coexiste na psique dos fetichistas com a realidade de que a mulher não possui um pénis, ou seja, o fetichista encontra-se num estado de suspensão entre duas alternativas, o que lhe permite, por um lado, fantasiar um pénis que toma a forma de fetiche e, por outro lado, funcionar num mundo no qual, efectivamente, as mulheres não possuem um pénis, sendo que frequentemente o próprio fetiche representa ambas as possibilidades (“Fetishism” 165).

Se extrapolarmos a teoria freudiana do fetichismo para uma análise do discurso salazarista sobre a nação verificamos que, por um lado, os dirigentes do Estado Novo estão conscientes das verdadeiras dimensões – políticas, económicas e geo-estratégicas – de Portugal como país europeu periférico, enquanto que, por outro lado, se dedicam a um engrandecimento da pátria que adquire conotações sexuais através da utilização de termos como “dilatação” ou “seiva” e da ênfase no tamanho do território português. O império serve assim como o fetiche que permite manter a ilusão do país como sendo uma grande *potência* europeia, ou seja, por outras palavras, o império é o pénis perdido da nação. A destruição do império-fetiche poria a nu a fantasia de grandeza nacional construída pelo regime e levaria a um embate com a realidade traumática da pequenez de Portugal, o que se traduz em termos freudianos pela ausência de pénis.

Sem o império-fetichismo, a retórica estadonovista seria forçada a encarar o reverso do seu nacionalismo e a fazer face a uma pátria subitamente emasculada, sem pénis, atributo de outros países maiores e mais fortes. O discurso falocêntrico do salazarismo, herdeiro de séculos de imperialismo, não poderia sobreviver a esta redução de Portugal às suas dimensões reais. A guerra colonial e o desmembramento do ultramar conduzem assim necessariamente à queda do Estado Novo, levando a um repensar da auto-definição do país.

Freud afirma que a complexa teia de repressão e aceitação da realidade que ocorre na psique do fetichista leva a que o fetiche seja frequentemente idealizado: “The fetish comes about as follows: it is the result of a special kind of repression that could be described as partial; part of the complex is repressed, and in compensation for that another part pertaining to it becomes idealized” (“Letter to Karl Abraham” 83). Este mecanismo psíquico é ilustrado através um paralelo histórico com a situação de inferioridade das mulheres durante a Idade Média, que coexiste com a idealização e exaltação da Virgem Maria (“Letter to Karl Abraham” 83). A fantasia fetichista ocorre assim em simultâneo com o aviltamento do objecto real. No que diz respeito ao ultramar português, o Estado Novo apresenta as colónias como regiões dependentes da metrópole, à qual cumpre civilizar e evangelizar as “raças inferiores,” ao mesmo tempo que idealiza o império-fetichismo como elemento central da essência da nação.¹²

A descrição do fetiche como um objecto idealizado encontra-se não só na psicanálise freudiana mas constitui igualmente uma premissa central na formulação do desenvolvimento infantil elaborada pelo psicanalista Donald Winnicott. De acordo com Winnicott, as crianças criam “objectos de transição” e “fenómenos de transição” ilusórios que constituem a base da experiência humana. Estas fantasias são possíveis na medida em que a mãe se adapta às necessidades do bebé e permite que este mantenha a ilusão de que os objectos que imagina existem realmente. Embora estas ficções façam parte do crescimento psíquico normal do ser humano e permitam o desenvolvimento de áreas como a imaginação, a arte e a religião, elas são normalmente reconhecidas como ilusórias no decurso da maturação da criança. O fetiche ocorre quando o adulto é incapaz de se aperceber que os “objectos de transição” não são reais ou, nas palavras de Winnicott: “The transitional object may eventually develop into a fetish object and so persist as a characteristic of the adult sexual life” (“Through Paediatrics” 236). Segundo Winnicott, a criação de fantasias é um processo que faz parte de uma psique saudável mas, a partir de um determinado ponto na vida da criança, torna-se necessário estabelecer uma distinção entre o ilusório e o real.¹³ O fetiche resulta da incapacidade de distinguir um “objecto de transição” fantasioso da realidade.

O ultramar português é frequentemente apresentado como um objecto ilusório, no qual se projectam as fantasias da metrópole. Assim, no decorrer das suas conversas com Christine Garnier, Salazar refere-se não só à vastidão do império mas igualmente ao seu carácter remoto:

Pour diriger un combat, répond Salazar, un général a-t-il besoin de se trouver sur les lieux mêmes de la bataille? Je dirai plus: l’ambiance et le milieu exercent une influence sur le jugement des hommes et

peuvent les amener à prendre des décisions entachées de partialité. Notre empire est très vaste: on ne peut en avoir une vue d'ensemble que de loin. (151)¹⁴

O chefe do governo declara aqui que só se torna possível formar uma visão de conjunto dos domínios ultramarinos observando-os à distância e afirma que a separação entre o império e a metrópole lhe permite legislar de forma objectiva sobre estas áreas. Salazar admite desconhecer os traços locais que definem as várias colónias portuguesas — “l’ambiance et le milieu” —, propriedades estas que não figuram na sua idealização do território, imaginado como um conjunto homogéneo. As decisões tomadas pelo líder sobre estas regiões têm assim como suporte um império virtual, um objecto ilusório concebido como imagem ou caricatura de espaços reais. Ou seja, dentro da lógica do fetiche, o que está em causa não é tanto algo concreto e palpável, mas a imagem do fetiche criada pela fantasia do fetichista como substituto de um objecto perdido.

Esta imagem fetichizada do império, que reduz os vastos territórios sob o domínio de Portugal a uma série de representações estereotipadas, é transmitida ao público português através da propaganda do regime. O Estado Novo cria em 1933 o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que se transforma em 1944, em virtude das mudanças no clima político internacional nos finais Segunda Guerra Mundial, em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Uma das funções deste organismo, dirigido por António Ferro desde a sua criação até 1949,¹⁵ será garantir a adesão tanto dos portugueses como da comunidade internacional ao projecto imperial estadonovista.¹⁶ Para atingir este fim, o SPN/SNI leva a cabo várias actividades, entre as quais se conta, por exemplo, no contexto das celebrações do Duplo Centenário em 1940, a presença de uma secção colonial na Exposição do Mundo Português e um Carro Triunfal da Colonização no Cortejo Histórico do Mundo Português. As colónias são aqui apresentadas como o culminar do período de expansão ultramarina do país, que é considerado a época áurea da nacionalidade.

Mas a forma mais eficaz de produzir uma imagem do império é a difusão de filmes financiados pelo SPN/SNI, frequentemente em parceria com a Agência-Geral das Colónias. A maioria destas produções é constituída por curtas-metragens tais como documentários sobre viagens presidenciais aos territórios coloniais que enfatizam o entusiasmo da população local pela visita dos dirigentes portugueses.¹⁷ A propaganda imperial inclui ainda algumas longas-metragens, tais como *Chaimite* (1953), de Jorge Brum do Canto e *Feitiço do Império* (1940), realizado por António Lopes Ribeiro.¹⁸ Este último filme contribui para a propagação de um retrato estilizado do império, ao servir-se de imagens estereotipadas para representar as populações africanas. O Estado Novo procede assim a uma infantilização do público português, que é posto numa posição em que se torna impossível distinguir os contornos reais dos territórios ultramarinos da construção ilusória e fetichizada do império elaborada pela propaganda do regime.

4. *Feitiço do Império* e a Propaganda Colonial

O núcleo narrativo de *Feitiço do Império* relata o sortilégio exercido pelo ultramar português sobre Luís Morais (Luís de Campos), um jovem luso-descendente cuja família habita em Bóston. Luís prepara-se para se casar com uma americana, Fay Gordon (Madalena Sotto), e para se naturalizar cidadão dos Estados Unidos mas é persuadido pelo seu pai Francisco Morais (Alves da Cunha), um abastado emigrante português, a visitar Portugal e as suas colónias africanas antes de concretizar estas decisões. Atraído principalmente pela possibilidade de caçar em África, Luís não se deixa impressionar por Lisboa, onde desembarca primeiro, e aborrece-se com o fado que ouve cantar em várias salas de espectáculos, guiado pelo taxista alfacinha Chico do Austin (Francisco Ribeiro). Todavia, o protagonista não resiste ao fascínio do além-mar português, onde se processa a sua “conversão” aos valores lusófonos que acaba por abraçar no final do filme.¹⁹



Poster de publicidade a *Feitiço do Império*.

O argumento de *Feitiço do Império*, preparado pelo realizador António Lopes Ribeiro, é inspirado num texto homónimo do jornalista Joaquim Pereira Mota Júnior que havia vencido o concurso organizado pela Agência-Geral das Colónias para seleccionar o melhor argumento para o filme. Contudo, como aponta Luís Reis Torgal, a versão cinematográfica do enredo é substancialmente diferente do livro, em particular no que diz respeito à forma como são descritos os Estados Unidos. Enquanto que no texto de Mota Júnior a personagem principal não repudia nunca a sua faceta americana, combinando-a com a herança portuguesa, união simbolizada pelo seu casamento com uma americana no final da narrativa, a transformação de Luís no filme é acompanhada pela sua rejeição de muitos dos valores americanos, mudança que se traduz, no plano afectivo, pelo abandono da sua noiva estadounidense para se casar com Mariazinha (Isabel Tovar), uma jovem portuguesa que conhece em África.²⁰ Luís

explica à americana Fay Gordon a sua recém-adquirida admiração pelo império luso da seguinte forma:

Nem tu imaginas, Fay, o mundo novo que descobri em África! O que mais me deslumbrava no teu país era, exactamente, aquela força expansiva de meia dúzia de homens que, pela sua coragem, pela sua perseverança, haviam construído sozinhos uma grande nação. É verdade que lhes faltava em escrupulos o que lhes sobejava em recursos. Mas que importava isso? Calcula o que foi para mim verificar que o povo a que pertence erguera *escrupulosamente* um grande Império, desafiando todas as cobiças, e que, para sua maior glória, o construíra e conservara *sem qualquer espécie de recursos!* (Ribeiro, “Planificação” 388)

O fascínio de Luís pelos Estados Unidos, que alimentava o seu desejo em tornar-se cidadão do país e em casar-se com Fay, prendia-se com a vitalidade americana que levou à formação de uma nação poderosa. A expansão americana e a progressiva conquista dos territórios ocidentais do continente por colonos é aqui implicitamente comparada ao domínio português em África. Contudo, Luís afirma que o alargamento da “fronteira” estadonidense se realizou através de actos frequentemente pouco escrupulosos. O império luso, pelo contrário, foi erguido *escrupulosamente*, ou seja, os portugueses lograram unir o ímpeto conquistador americano com o respeito por valores morais. Confrontado com esta realidade, Luís sucumbe às virtudes patenteadas pelo ultramar português e assume a sua herança lusitana. Os Estados Unidos tornam-se “o teu país [de Fay],” por oposição ao “povo a que pertence,” com o qual o protagonista se identifica no final da narrativa. O filme constitui assim uma apologia do império e um estímulo à imigração portuguesa para estes territórios na medida em que sugere que não só Luís mas qualquer português se deixaria fascinar pelo ultramar.²¹

Ao regressar a Lisboa, depois da sua passagem por África, Luís reconhece finalmente as qualidades da cidade, às quais tinha ficado indiferente durante a sua primeira visita. Nas palavras do luso-americano, ao chegar de barco pela segunda vez à capital: “Subi ao convés, diante de mim estava Lisboa, bonita como nunca. Agora que conheço a nossa África, parecia-me maior, mais importante” (Ribeiro, “Planificação” 391). A apreciação do Portugal europeu, que Lisboa metonimicamente representa, surge mediada pelo conhecimento do império. Encontramos aqui mais uma vez a lógica fetichista do suplemento, segundo a qual as possessões coloniais compensam a falta de brilho da metrópole. O protagonista evita o trauma de se reconhecer cidadão de um país periférico, ao qual falta a grandeza territorial e o desenvolvimento económico dos Estados Unidos, ao concentrar a sua atenção na vastidão do império. Esta interpretação de *Feitiço* é corroborada pelas publicações cinéfilas da época. Assim, Afonso Lopes Vieira afirma numa carta ao realizador publicada no número quatro da revista *Animatógrafo* de Dezembro de 1940: “O primeiro português que chamou a Portugal *país piqueno* foi um perro traidor” (Vieira 140). Lê-se ainda num artigo publicado no *Correio Português* do Rio de Janeiro em 1942: “[O português] irá encher-se de orgulho ao verificar como é grande, e digno de epopeia, o seu Portugal considerado pequenino. *Feitiço do Império*

não é um filme. É um mundo, uma raça, o retrato vivo de toda uma civilização” (D.M., citado em Matos-Cruz, *António Lopes Ribeiro* 141). É assim através do império que Luís se reconcilia com a metrópole e, concomitantemente, com o seu pai, patriota apesar de emigrante.²² Quais são as características da África portuguesa que enfeitiçam Luís de forma a este modificar a sua impressão de Portugal continental? Como adquire o protagonista a noção de que os portugueses colonizaram “escrupulosamente” um vasto território ultramarino que compensa a insignificância da metrópole? O que o leva a formar a imagem de um império-fetiche que converte a sua admiração pelos Estados Unidos em fascínio por Portugal?

Uma das principais diferenças entre a nação americana e o império português assinaladas em *Feitiço do Império* diz respeito à forma como se processa a coexistência entre a população branca e a negra. Enquanto que nos Estados Unidos se pratica, de acordo com o filme, uma política de integração da qual resultaria uma ocidentalização dos africanos, os portugueses optaram por deixar a população africana manter os seus costumes. Quando as personagens observam um batuque negro em Marracune, estabelece-se o seguinte diálogo:

Fay — Não percebo como consentem que essa gente se mantenha neste estado de selvajaria!

Administrador — Sempre foi norma de portugueses respeitar os costumes alheios para que respeitem os nossos. [...]

Luís — É verdadeiramente admirável, senhor Administrador, a colaboração entre duas raças tão diferentes que tenho verificado em todas as nossas colónias. E é nestas festas bárbaras que melhor se pode avaliar a distância que as separa uma da outra e, portanto, a dificuldade e o alcance dessa colaboração.

Fay — Decididamente, prefiro os negros do Harlem. (Ribeiro, “Planificação” 388-9)

Fay representa nesta troca de ideias a perspectiva americana. Choca-a aperceber-se de que os portugueses não se esforçam por integrar a população africana, que vive ainda de acordo com os seus costumes ancestrais, ao contrário dos Afro-Americanos do Harlem, aos quais ela alude a título de exemplo. À opinião de Fay, Luís e o administrador contrapõem o respeito dos portugueses por diferentes culturas como justificação da situação dos africanos que habitam as colónias portuguesas. Luís admite que as festas nativas são “bárbaras” mas afirma que estas devem ser toleradas no intuito de garantir uma coexistência pacífica entre colonizadores e colonizados.

Para além de ignorar as óbvias diferenças demográficas e de circunstâncias históricas entre a situação dos Afro-Americanos nos Estados Unidos e a da população africana nas colónias portuguesas, este diálogo e várias outras cenas do filme instanciam uma contradição inerente ao discurso racial do regime. Por um lado, o Estado Novo funciona, como afirma o próprio presidente Carmona, “sem distinções de raças, de crenças ou de condições sociais” (“Mensagem do Chefe” 35), o que levaria ao respeito pelas manifestações culturais africanas que Luís e o administrador enaltecem. Por outro lado, esta retórica da igualdade limita-se a mascarar

uma condescendência paternalista perante os africanos. A sua cultura é tolerada como se toleram brincadeiras infantis mas prevalece a necessidade de uma autoridade forte que administre o território, guie os colonizados e os conduza, na medida do possível, à civilização. No filme, as aulas de leitura ministradas por Mariazinha a um grupo de crianças africanas constitui um exemplo do papel de colonizador benévolo assumido pelos portugueses. A aceitação da cultura alheia é deste modo apropriada pelo discurso do regime como uma forma insidiosa de justificar a necessidade da colonização portuguesa na medida em que se torna claro que os africanos, tão distantes da civilização ocidental, não têm capacidade para se auto-governarem.

Feitiço do Império acentua o abismo que separa os africanos dos portugueses através da utilização de imagens documentais inseridas no enredo ficcional da obra. O filme foi realizado no âmbito da I Missão Cinematográfica às Colónias da qual Lopes Ribeiro participou como director artístico de uma equipa chefiada por Carlos Selvagem, a qual produziu ainda vários documentários.²³ *Feitiço*, o primeiro filme português de ficção realizado na África portuguesa (Horta e Costa 62), integra assim muitas das imagens recolhidas pela Missão Cinematográfica.²⁴ Uma das funções destas sequências documentais é exhibir perante o público português os resultados positivos da colonização. Assim, ao passar pelas várias regiões do império, o protagonista depara-se com pontes, fábricas, escolas e edifícios administrativos que são postos em relevo como forma de demonstrar as vantagens económicas do domínio imperial luso, tanto para os africanos como para a metrópole, e o progresso civilizacional do ultramar. Mas a grande maioria das imagens documentais do filme concentra-se no dia-a-dia das populações africanas, nos seus diferentes costumes e tradições. Encontramos assim várias cenas de dança, simulações de guerra, mercados nativos, etc., que transmitem a imagem de uma África exótica, completamente diferente da metrópole. Mesmo os africanos que trabalham em fábricas ou plantações portuguesas, ou os que envergam roupas europeias, são representados como estranhos à civilização ocidental. Este é o caso de um empregado do tio de Luís, que surge incongruente vestido com um traje ribatejano no centro de Angola. Quando se aproxima o final do filme, as imagens documentais e ficcionais fundem-se já que Luís, Mariazinha e o pai desta surgem entre o público que presencia a visita do presidente Carmona a Luanda (Ribeiro, “Planificação,” 187), o que contribui para esbater os contornos entre ficção e realidade.

O retrato exotizado do além-mar que as imagens documentais do filme transmitem cimenta a função de fetiche atribuída ao império. Com efeito, as colónias africanas só podem servir de suplemento fetichizado da metrópole na medida em que representam um espaço absolutamente outro em relação a Portugal continental. Apesar do fetiche encobrir a ausência de algo que está muito próximo do fetichista – o pénis –, este objecto torna-se extraordinário, na medida em que é constituído por uma componente material e por uma carga afectiva transferida para este suporte, que é desta forma idealizado. O império é assim necessariamente fantasiado para cumprir a sua função de fetiche no discurso do Estado Novo. Verifica-se que a tolerância portuguesa perante a cultura dos habitantes das suas colónias africanas não deriva do respeito luso pelos

costumes alheios mas da necessidade de imaginar o império como absolutamente outro, misterioso e exótico.

A imagem exótica de África nas imagens documentais de *Feitiço do Império* está associada a uma representação estereotipada dos africanos como um povo primitivo, que se dedica a danças pagãs e a rituais tribais. Ao contrário do que sucede com os europeus, não se atribui aos membros da população nativa quaisquer traços que os individualizem. Este estereótipo do colonizado constitui, segundo Homi Bhabha, uma outra forma de fetiche. Bhabha afirma que o fetichismo se encontra na intersecção entre semelhança (todos temos um pénis) e diferença (só alguns têm um pénis), assemelhando-se assim ao colonialismo, que predica a igualdade racial mas pratica a discriminação. A criação do estereótipo é, segundo Bhabha, a resposta dos colonizadores à ansiedade causada pela diferença. O colonizador afirma possuir um eu uno e originário, que não pode ser diferente, e o estereótipo é a forma de manter este eu intacto, ao transferir para o colonizado qualquer tipo de dissonância que exista na identidade do dominador (74-5). O fetichista descrito por Freud caracteriza-se pela sua capacidade em manter duas crenças contraditórias, na medida em que sabe que a mãe não tem pénis e, ao mesmo tempo, acredita que a mãe possui este órgão, representado pelo fetiche. Da mesma forma, o estereótipo-fetiche do colonizado gera uma ambiguidade em relação ao estatuto da população nativa que podemos observar em *Feitiço*, nomeadamente, a coexistência da ideia de que os africanos são iguais aos portugueses e poderão ser “civilizados” com a noção de que a população nativa das colónias é fundamentalmente diferente e não deixará nunca de ser exótica.

As imagens documentais em *Feitiço do Império* põem em marcha uma lógica circular que revela uma hábil distorção da realidade. A África “real,” representada nos documentários, é um continente exótico e estereotipado, o inverso de Portugal. Mas esta visão das colónias constitui um fetiche, uma idealização cujo objectivo é compensar as deficiências da metrópole. Consequentemente, a “realidade” documental coincide aqui com o mais alto nível de ficcionalização, sendo que o documentário é apenas uma forma subtil de idealização. Contudo, se o fetiche é sempre a substituição de algo que o sujeito também possui e de que receia ver-se privado – o pénis, no caso do menino em Freud –, África representa não só o que falta em Portugal, seja tamanho ou vitalidade, mas também algo que o país criado pelo Estado Novo possui tem medo de perder. Este objecto que o regime pretende manter é a imagem das sua grandiosidade mediada pela própria África, não como território ficcionalizado por imagens documentais mas como espaço real, que viabiliza as políticas económicas e sociais do salazarismo. É o medo de perder África e o conhecimento de que esta perda se encontra eminente que leva o regime à criação de África como fetiche. Fora desta lógica circular encontra-se ainda uma outra África, que habita a metrópole e com a qual o país se começará a confrontar apenas num momento pós-colonial.

Durante os seus primeiros tempos no ultramar, o protagonista de *Feitiço do Império* fotografa incessantemente as manifestações da cultura autóctone, representadas através de imagens documentais, como forma de se distanciar do território em que pretende ostensivamente apresentar-se como turista. Contudo, ao longo da sua estadia nas colónias portuguesas,

Luís vai-se progressivamente deixando enfeitiçar por África, um processo que acompanha a sua fetichização do império. Esta progressão é metonimicamente representada pela sequência de caça, que começa com o protagonista de carro, a ver os animais, passando este depois para um cavalo, com o qual persegue um grupo de javalis, e seguindo por fim a pé. É neste momento de proximidade com a natureza africana que o herói decide caçar um leão, ignorando os conselhos do seu acompanhante africano que está ostensivamente receoso do animal. Salienta-se aqui o contraste entre a atitude nativa de respeito perante a natureza e o desejo ocidental de a dominar através da técnica, representada pela espingarda do protagonista. O leão acaba por morrer alvejado por Luís mas este é ferido e transportado aos ombros do seu acompanhante para a casa do colono português Vitorino da Umbala (Estevão Amarante) e da sua filha Mariazinha que tratam dos seus ferimentos.



Luís prepara-se para matar um leão em *Feitiço do Império*.

Apesar da aparente vitória de Luís sobre a natureza africana, simbolizada pela morte do leão, o protagonista sai transformado deste encontro. Vitorino coloca o doente numa cama, na cabeceira da qual se encontra uma imagem da Virgem Maria com Jesus. Ao acordar, Luís está fora de perigo e a câmara foca mais uma vez a imagem da Virgem, sugerindo que a esta se deve a cura do luso-americano. Contudo, durante o delírio, na primeira noite após o ferimento, Luís penetra no coração das trevas e sonha não com símbolos cristãos mas com visões pagãs. O filme utiliza imagens desfocadas e esfumadas para transmitir o estado onírico e febril do herói que vê uma sucessão de caras, estatuetas e ídolos negros – os fetiches africanos.²⁵ É durante este delírio que Luís, marcado pelo poder de África, se deixa enfeitiçar e, simultaneamente, começa a fetichizar as colónias, onde reconhece a força e o tamanho que faltam a Portugal. O feitiço e o fetiche são encerrados no inconsciente do protagonista, sendo que à luz do dia surge apenas a imagem da Virgem Maria, mas África acaba por dominar a vida de Luís, levando a que ele se apaixone por Mariazinha,

que prefere os campos africanos à cidade, deixe a sua noiva americana e reconheça a nobreza de Portugal como país colonizador de um vasto império. A metamorfose de Luís opera-se assim através de uma transformação de África que passa de espaço observado através das lentes de uma máquina fotográfica a um feitiço-fetice que faz parte integrante tanto da psique do protagonista como do imaginário do Estado Novo.

O filme *Feitiço do Império* funciona como veículo propagandístico do regime, cujo objectivo é divulgar a imagem salazarista das colónias como um espaço de infinitas possibilidades, no qual se poderiam realizar as fantasias dos portugueses, sendo a caça grossa apenas uma delas. O filme sugere que qualquer português que viaje a África sucumbirá, como o protagonista Luís, ao feitiço do império. No entanto, esta sedução ultramarina não sucede impunemente. O investimento afectivo nas colónias encontra-se associado ao medo da sua perda e da concomitante renúncia a uma imagem grandiosa do país, pelo que o facínio pelo ultramar acompanha necessariamente a sua elaboração imaginária como fetice, exótico e estereotipado. A produção cinematográfica de Lopes Ribeiro revela que, como indica a própria etimologia da palavra, o feitiço que emana de África implica a fetichização do continente. Este processo desenrola-se na obra através da utilização de imagens documentais, as quais exibem uma versão primitiva da população africana, primitivismo que Luís irá mais tarde visitar no seu delírio quando finalmente sucumbe à atracção do continente. O império-fetice surge no filme, bem como no discurso colonial do Estado Novo, como suplemento das deficiências da metrópole. O regime justifica assim a sua existência como guardião das possessões ultramarinas do país, sem as quais a versão salazarista da nação portuguesa se tornaria inviável.

Obras citadas

- A Obra Colonial do Estado Novo*. Lisboa: SPN e Agência Geral das Colónias, 1942.
- Almeida, António. *Política Colonial Portuguesa no Passado e no Presente*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1942.
- Bhabha, Homi. *The Location of Culture*. London and New York: Routledge, 1994.
- Carmona, Óscar. “A Mensagem do Chefe de Estado.” António de Oliveira Salazar e Óscar Carmona. *A Política Imperial e a Crise Europeia*. Lisboa: Edições SPN, 1939. 31-8.
- Costa, Alves. *Breve História do Cinema Português (1896-1962)*. Lisboa: Instituto da Cultura Portuguesa e Secretaria de Estado da Investigação Científica, 1978.
- Derrida, Jacques. *Of Grammatology*. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1998
- Ferro, António. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003.
- Freud, Sigmund. “Three Essays on the Theory of Sexuality.” *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud: A Case of Hysteria, Three Essays on Sexuality and Other Works* (Volume VII). Ed. James Strachey. London: Hogarth Press, 1953-74. 123-246.
- Freud, Sigmund. “Letter from Sigmund Freud to Karl Abraham February 18, 1909.” *The Complete Correspondence of Sigmund Freud and Karl Abraham 1907-1925*. Ed and Trans. Ernst Falzeder. London and New York: Karnac, 2002. 82-84.
- Freud, Sigmund. “Fetishism.” *International Journal of Psycho-Analysis*. 9 (1928): 161-166.
- Garnier, Christine. *Vacances avec Salazar*. Paris: Grasset, 1952.

- Horta e Costa, António. *Subsídios para a História do Cinema Português. 1896-1949*. Lisboa: Imprensa Literária Universal, s.d.
- Matos-Cruz, José de, ed. *António Lopes Ribeiro*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 1983.
- Matos-Cruz, José de. “Feitiço do Império.” *António Lopes Ribeiro*. Ed. José de Matos-Cruz. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 1983. 184-7.
- Monteiro, Amindo. “Directrizes duma Política Ultramarina.” António de Oliveira Salazar e Amindo Monteiro. *Conferência do Império Colonial*. Lisboa, Agência Geral das Colónias. s.d. 11-33.
- Monteiro, Amindo. “Os Trabalhos da Conferência dos Governadores.” António de Oliveira Salazar e Amindo Monteiro. *Conferência do Império Colonial*. Lisboa, Agência Geral das Colónias. s.d. 34-41.
- Paulo, Heloísa. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.
- Pina, Luís de. *História do Cinema Português*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.
- Quental, Antero de. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Lisboa: Ulmeiro, 2001.
- Ribeiro, António Lopes, realiz. *O Feitiço do Império*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1940.
- Ribeiro, António Lopes. “Planificação e Diálogos de Feitiço do Império.” *António Lopes Ribeiro*. Ed. José de Matos-Cruz. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 1983. 337-92.
- Ribeiro, M. Félix. *Filmes, Figuras e Factos da História do Cinema Português 1896-1946*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 1983.
- Salazar, António de Oliveira. “A Nação na Política Colonial.” *Discursos (1928-1934)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935. 229-37.
- Salazar, António de Oliveira. “O Momento Político. Grandes e Pequenas Questões da Política Portuguesa.” *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*. Vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1937. 65-87.
- Salazar, António de Oliveira. “O Império Colonial na Economia da Nação.” *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*. Vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1937. 153-71.
- Salazar, António de Oliveira. “O Suposto Arrendamento de Angola à Alemanha.” *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*. Vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1937. 257-64.
- Salazar, António de Oliveira. “A Nação Portuguesa Irmandade de Povos.” *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*. Vol. IV. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. 281-4.
- Salazar, António de Oliveira. “O Meu Depoimento.” *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*. Vol. IV. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. 349-81.
- Sérgio, António. “O Reino Cadaveroso ou o Problema da Cultura em Portugal.” *Ensaio*. Vol. 2. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1972. 25-61.
- Torgal, Luís Reis. “Propaganda, Ideologia e Cinema no Estado Novo. A 'Conversão dos Descrentes'.” *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. Ed. Luís Reis Torgal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. 64-91.
- Vieira, Afonso Lopes. “Carta ao Realizador.” *António Lopes Ribeiro*. Ed. José de Matos-Cruz. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 1983. 140.
- Winnicott, Donald. “Transitional Objects and Transitional Phenomena—A Study of the First Not-Me Possession.” *International Journal of Psycho-Analysis*. 34 (1953): 89-97.
- Winnicott, Donald (1975). “Through Paediatrics to Psycho-Analysis.” *International Psycho-Analytic Library*, 100 (1975): 1-325.

Notas

¹ Salazar pronuncia estas palavras no contexto de um discurso em que desmente o boato segundo o qual Portugal se preparava para arrendar o território angolano ao governo alemão.

² O chefe de estado, Óscar Carmona, enfatiza também o vínculo não só legal como afectivo entre Portugal e as colónias: “[...] a missão colonizadora constitui hoje, como há séculos, a vocação natural dos portugueses, e por isso deveria ser afirmada com relevo e com decisão logo que as circunstâncias o permitissem” (34).

³ O Acto Colonial foi um documento que estabeleceu o estatuto das colónias dentro do Estado Novo. O Acto foi formulado por Salazar em 1930 e publicado de novo junto com a Constituição de 1933.

⁴ Em *A Obra Colonial* afirma-se ainda: “Seria pouco dizer que a história da Nação Portuguesa esteve sempre ligada fundamental e inteiramente com a sua expansão no Ultramar desde que ela começou pela conquista de Ceuta” (*Obra Colonial* 5).

⁵ No mesmo texto, António de Almeida salienta ainda que a República pôs em perigo a integridade do império ultramarino e afirma que a política autoritária do Estado Novo contribui para a consolidação da presença portuguesa nas colónias (17-20).

⁶ A estreia de *Feitiço do Império* no Eden-Teatro a 23 de Maio de 1940 contou com a presença dos chefes do estado e do governo (Ribeiro, *Filmes* 413). A versão de *Feitiço do Império* que sobreviveu até aos nossos dias é constituída apenas por imagem, visto que se perdeu a banda sonora. Perderam-se ainda cerca de 15 minutos da primeira parte do filme, que correspondem ao genérico e ao princípio da acção (Matos-Cruz, “*Feitiço*” 184).

⁷ O império surge neste discurso de Salazar não só como forma de equilibrar a economia nacional mas também como meio de controlar o crescimento demográfico do país, na medida em que a parte da população que não encontra ocupação na metrópole pode emigrar para as colónias (155).

⁸ O Acto Colonial sublinha também a unidade da metrópole e das colónias: “O Império Colonial Português é solidário nas suas partes componentes e com a Metrópole” (Artigo 5).

⁹ Derrida descreve a relação entre a escrita, a fala e o conceito de arche-escrita da seguinte forma: “I would wish rather to suggest that the alleged derivativeness of writing, however real and massive, was possible only on one condition: that the ‘original,’ ‘natural,’ etc. language had never existed, never been intact and untouched by writing, that it had itself always been a writing. An arche-writing [...] which I continue to call writing only because it essentially communicates with the vulgar concept of writing. The latter could not have imposed itself historically except by the dissimulation of the arche-writing, by the desire for a speech replacing its other and its double and working to reduce its difference. If I persist in calling that difference writing, it is because, within the work of historical repression, writing was, by its situation, destined to signify the most formidable difference. It threatened the desire for the living speech from the closest proximity, it *breached* living speech from within and from the very beginning” (56-7).

¹⁰ Amindo Monteiro reitera ainda a noção de que Portugal forma, junto com as suas colónias, um país de tamanho considerável no seu discurso “Directrizes duma Política Ultramarina”: “Um país como o nosso, *pequeno na Europa, tão grande no Mundo e tão disperso*, só numa forte unidade governativa pode encontrar a força precisa para vencer as dificuldades do presente e construir um futuro melhor” (ênfase acrescentada, 12).

¹¹ Esta apreciação da situação nacional continua na primeira metade do século vinte com pensadores como António Sérgio, segundo o qual a irracionalidade que domina Portugal tornou o país num “reino cadaveroso” que só a cultura e a educação podem reconduzir à razão.

¹² A lógica do fetiche perpassa todo o edifício ideológico do Estado Novo. Não só o império mas também outros símbolos da grandeza do país são frequentemente elevados à categoria de fetiche. Encontramos um exemplo deste processo de fetichização na forma como o regime se apropria da figura de Camões, que compensa a ausência de projecção cultural internacional do país.

¹³ Winnicott descreve a criação de objectos ilusórios como um fenómeno universal e saudável, desde que se restrinja à infância: “I would then go further and say that we must keep a place for the illusion of a maternal phallus, that is to say, an idea that is universal and not pathological. If we shift the accent now from the object on to the word illusion we get near to the infant's transitional object; the importance lies in the concept of illusion, a universal in the field of experience.” (“*Transitional Objects*” 96)

¹⁴ Esta afirmação de Salazar surge na sequência de um comentário de Christine Garnier no qual a jornalista expressa a sua surpresa pelo facto do chefe do governo português nunca ter visitado o ultramar.

¹⁵ Depois do afastamento de António Ferro, passam pelo SNI vários secretários, entre os quais se contam José Manuel da Costa, Eduardo Brazão e César Moreira Baptista.

¹⁶ A secção externa do SPN/SNI tem como objectivo: “elucidar a opinião internacional sobre a nossa acção civilizadora e, de modo especial, sobre a acção exercida nas colónias e o progresso do Império Ultramarino [...]” (artigo 5 do decreto-lei 23054 de 5 de Setembro de 1933).

¹⁷ Entre 1933 e 1943 o SPN assegurou a filmagem de 114 curtas-metragens, 39 das quais relativas ao documentário *Jornal Português* (Paulo 81).

¹⁸ António Lopes Ribeiro foi uma personagem central no panorama do cinema no Estado Novo. Ribeiro fundou e dirigiu três revistas de cinema – *Imagem, Kino e Animatógrafo* –, realizou oito filmes de longa-metragem e vários documentários, muitos dos quais ao serviço da propaganda do regime (Costa 78-9).

¹⁹ Segundo Luís Reis Torgal, a propaganda do Estado Novo procura converter os descrentes às virtudes do salazarismo. Torgal menciona *Feitiço do Império* (1940) e *Revolução de Maio* (1937), um filme também realizado por Lopes Ribeiro, como exemplos desta conversão. Nos dois filmes, o protagonista passa por um processo de metamorfose no decorrer do qual se torna um fervoroso aderente do Portugal estadonovista (*Revolução*) e das suas colónias (*Feitiço*). Luís de Pina salienta também as semelhanças entre as duas obras: “[...] um luso-americano em visita a Portugal e ao seu Império rende-se ao feitiço do nosso viver e não quer naturalizar-se cidadão dos Estados Unidos, tal como o revolucionário daquele filme [*Revolução*] se rende à evidência do Portugal moderno” (100).

²⁰ Para uma análise das diferenças entre o livro de Mota Júnior e o filme de Lopes Ribeiro, nomeadamente no que diz respeito à forma como os Estados Unidos são representados nas duas obras, consultar o artigo de Luís Reis Torgal “Propaganda, Ideologia e Cinema no Estado Novo: a ‘Conversão dos Descrentes’” (87-91).

²¹ Salazar assinala que a economia nacional não pode ser reduzida à economia do Estado, o que significa que a acção de privados é fundamental, particularmente para o progresso das colónias (“O Império Colonial na Economia” 163-6). Cabe aos colonos a iniciativa de desenvolver o ultramar, função exemplificada em *Feitiço* por Vitorino da Umbala, o pai de Mariazinha.

²² De acordo com Freud, o menino vê o pai como responsável pela suposta castração da mãe. Ao encobrir esta castração imaginada, o fetiche permite assim, de certa forma, uma reconciliação com o pai.

²³ A Missão Cinematográfica parte de Lisboa em Abril de 1938. A imprensa da época louva a iniciativa de enviar uma missão cinematográfica ao ultramar e salienta que, pela primeira vez, uma expedição desta natureza é acompanhada por aparelhos de registo de som: “Pois, desta vez, vamos ter ensejo de ouvir a própria voz da selva, sem artifícios, ao ‘natural’” (R. F., citado em Matos-Cruz, *António Lopes Ribeiro* 139).

²⁴ As cenas exteriores de *Feitiço* foram assim filmadas em África, enquanto que os interiores foram criados pelo pintor António Soares e filmados nos estúdios da Tóbis em Portugal (Ribeiro, *Filmes* 412). A rodagem em estúdio foi bastante dispendiosa e os gastos incluíram a criação do maior cenário para um filme português realizado na época (Matos-Cruz, “*Feitiço*” 187).

²⁵ Freud menciona explicitamente a relação entre a noção de fetiche desenvolvida pela psicanálise e os ídolos africanos: “What is substituted for the sexual object is some part of the body [...] or some inanimate object which bears an assignable relation to the person whom it replaces and preferably to that person’s sexuality (e.g. a piece of clothing or underlinen). Such substitutes are with some justice likened to the fetishes in which savages believe that their gods are embodied” (“Three Essays” 153). Os africanos consideram que determinados objectos encarnam divindades, da mesma forma que o fetichista freudiano vê num elemento material o objecto sexual perdido. Esta conexão entre ídolos africanos e fetiches encontra-se na origem etimológica da palavra “fetiche,” que entrou no vocabulário das línguas europeias a partir do português “feitiço,” termo aplicado precisamente à magia africana.